



PARTE B

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Secretário-Geral

Despacho (extrato) n.º 8449/2017

Por despacho de 5 de setembro de 2017, do Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português:

Catarina Nunes Teixeira — exonerada, a seu pedido, nos termos do n.º 6 do artigo 46.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de julho, da categoria de assessora do gabinete de apoio do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, com efeitos a partir do dia 5 de setembro de 2017, inclusive.

8 de setembro de 2017. — O Secretário-Geral, *Albino de Azevedo Soares*.

310778333

Direção de Serviços Administrativos e Financeiros

Despacho n.º 8450/2017

Tendo em consideração o disposto no artigo 42.º da Lei da Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (LOFAR), alterada e republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de julho, na sua atual redação, nos termos e para os efeitos dos artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e ainda a coberto do n.º 2 do Despacho (extrato) n.º 7913/2017, da Adjunta do Secretário-Geral, Dr.ª Ana Maria Viegas Serpa Farrajota Leal, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 175, de 11 de setembro de 2017, delego e subdelego na Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Administração (DRHA), Laura Teimão Lopes Costa, na Chefe de Divisão de Gestão Financeira (DGF), Susana de Oliveira Torres Martins, e no Chefe de Divisão de Aprovisionamento e Património (DAPAT), Nuno Miguel dos Santos e Silva Vieira, as seguintes competências:

1 — Competências delegadas:

1.1 — Justificar e injustificar faltas dos funcionários afetos às respetivas Divisões;

1.2 — Autorizar o pessoal afeto às respetivas Divisões a comparecer em juízo quando requisitado nos termos da lei de processo;

1.3 — Autorizar os pedidos de férias dos funcionários afetos às respetivas Divisões;

1.4 — Promover a instauração de processos disciplinares e propor louvores aos funcionários seus subordinados.

2 — Competências subdelegadas:

2.1 — Assinar o expediente corrente no âmbito das competências das respetivas Divisões, com exclusão do expediente dirigido ao Gabinete do Presidente da Assembleia da República, aos gabinetes dos grupos parlamentares, aos Deputados, aos Presidentes das comissões parlamentares, aos gabinetes de membros do Governo e de outros órgãos de soberania, aos presidentes de câmaras municipais e da correspondência dirigida aos titulares dos cargos de direção superior ou equiparados da administração central, regional e local e aos titulares dos órgãos que funcionam junto da Assembleia da República ou na sua dependência;

2.2 — Autorizar os pedidos de acumulação de férias dos funcionários afetos às respetivas Divisões.

3 — Subdelego também na Chefe da DRHA, Laura Teimão Lopes Costa, a competência para autorizar despesas até ao limite de 1.000,00€ (mil euros) e no Chefe da DAPAT, Nuno Miguel dos Santos e Silva Vieira, a competência para autorizar despesas até ao limite de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) no âmbito das matérias das respetivas Divisões, desde que previamente cabimentadas e que não tenham a natureza de encargo plurianual.

4 — Os Chefes da DRHA, da DGF e da DAPAT mencionarão sempre, no uso das delegações e subdelegações que aqui lhes são conferidas, a qualidade de delegadas ou de subdelegadas em que praticam os atos por aquelas abrangidas.

5 — Designo, nos termos e ao abrigo do artigo 42.º, n.º 3, da LOFAR e para os efeitos previstos nos n.º 1 e 3 do artigo 42.º do CPA, a Chefe da DGF, Susana de Oliveira Torres Martins, para me substituir nas minhas ausências, faltas ou impedimentos.

6 — O presente despacho produz efeitos nos termos fixados no n.º 4 do Despacho (extrato) n.º 7913/2017, da Adjunta do Secretário-Geral, Dr.ª Ana Maria Viegas Serpa Farrajota Leal, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 175, de 11 de setembro de 2017, considerando-se ratificados todos os atos entretanto praticados contidos nesta subdelegação.

12 de setembro de 2017. — A Diretora dos Serviços Administrativos e Financeiros, *Maria João Costa*.

310778366



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete da Secretária de Estado Adjunta
do Primeiro-Ministro

Despacho n.º 8451/2017

1 — Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 a 3 do artigo 11.º, no artigo 12.º e na alínea a) do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, exonero do cargo de Técnica Especialista Ana Lúcia Costa Pinto de Albuquerque, para o qual foi nomeada através do meu Despacho n.º 368/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 11 de janeiro de 2016, e designo-a para exercer o cargo de Adjunta do Gabinete.

2 — A designada fica autorizada a exercer as atividades previstas na alínea a) do n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de

janeiro, e a substituir o chefe de gabinete nas suas ausências e impedimentos, nos termos do n.º 4 do artigo 5.º do referido decreto-lei.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mencionado decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do supramencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a 9 de agosto de 2017.

5 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e promova-se a atualização da página eletrónica do Governo.

20 de setembro de 2017. — A Secretária de Estado Adjunta do Primeiro-Ministro, *Mariana Guimarães Vieira da Silva*.

Nota curricular

Dados Biográficos

Nome: Ana Lúcia Costa Pinto de Albuquerque

Data e local de nascimento: 09/05/1976, Lisboa

Habilitações e atividade académica

Licenciada em Ciências da Comunicação, com especialização em Jornalismo, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Percurso Profissional

Desde dezembro de 2015, desempenhou funções como Técnica Especialista na área de comunicação no Gabinete da Secretária de Estado Adjunta do Primeiro-Ministro do XXI Governo Constitucional.

Entre 2013 e 2015 desempenhou as funções de Diretora de Projetos da agência de comunicação LPM Comunicação, tendo anteriormente coordenado o gabinete de marketing e comunicação do escritório de advogados Linklaters. Trabalhou ainda na Imago — Llorente & Cuenca, entre 2000 e 2012, como consultora de clientes e diretora de equipa, acompanhando clientes nas áreas de finanças, turismo, tecnologia e produto.

Foi jornalista no portal noticioso Netc, do grupo Cofina, entre 1999 e 2000, após um estágio no jornal Público.

310793318

Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Despacho n.º 8452/2017

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, no n.º 6 do artigo 4.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de auxiliar do meu Gabinete Gracinda Sousa Nogueira Costa, assistente operacional do mapa de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.

2 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pela Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros e pelo orçamento do meu Gabinete, nos termos do n.º 14 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto na alínea *a*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a 17 de julho de 2017.

5 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

11 de agosto de 2017. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Tiago Barreto Caldeira Antunes*.

Nota curricular

Gracinda Sousa Nogueira Costa.

Auxiliar administrativa em vários Governos Constitucionais na Presidência do Conselho de Ministros.

310784051

Alto Comissariado para as Migrações, I. P.

Gabinete do Alto-Comissário para as Migrações

Aviso n.º 11217/2017

Procedimento Concursal para o cargo de Direção Intermédia de 2.º grau — Coordenação do Núcleo de Relações Internacionais, do Departamento de Relações Internacionais, Política Migratória e Captação de Migrantes, do mapa de pessoal do Alto Comissariado para as Migrações — ACM, IP.

Nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, faz-se público que, por meu despacho de 16 de maio de 2017, se encontra aberto, por um período de 10 dias úteis a contar do dia da publicitação na bolsa de emprego público (BEP), procedimento concursal com vista ao recrutamento para o cargo de direção intermédia de 2.º grau — Coordenação do Núcleo de Relações Internacionais, do Departamento de Relações Internacionais, Política Migratória e Captação de Migrantes, do mapa de pessoal do Alto Comissariado para as Migrações — ACM, IP. A indicação dos requisitos formais de provimento, do perfil exigido, da composição do júri, dos métodos de seleção e outras informações de

interesse para a apresentação da candidatura constará da publicitação na bolsa de emprego público (BEP), a ocorrer três dias úteis após a publicação do presente aviso no *Diário da República*.

13 de setembro de 2017. — O Alto-Comissário, *Pedro Calado*.

310783752

Direção-Geral das Autarquias Locais

Aviso n.º 11218/2017

Em cumprimento do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, após homologação da ata do júri constituído para o efeito, Tâmara Santos Pessoa, concluiu com sucesso o período experimental no ingresso na carreira e categoria de Técnica Superior a que esteve sujeita.

O tempo de duração do referido período experimental conta para efeitos da atual carreira e categoria.

12 de setembro de 2017. — A Diretora Geral, *Sónia Ramalhinho*.

310780293

Aviso n.º 11219/2017

Em cumprimento do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, após homologação da ata do júri constituído para o efeito, Marco José Duarte Conde do Amaral, concluiu com sucesso o período experimental no ingresso na carreira e categoria de Técnico Superior a que esteve sujeito.

O tempo de duração do referido período experimental conta para efeitos da atual carreira e categoria.

12 de setembro de 2017. — A Diretora Geral, *Sónia Ramalhinho*.

310780269

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 8453/2017

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de adjunta do meu Gabinete a licenciada Maria Teresa da Silva Paulo, Assessora Parlamentar da Assembleia da República, em regime de cedência de interesse público nos termos legais e estatutários.

2 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pelo orçamento do meu Gabinete.

3 — Ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, ora designada, substituirá a chefe do meu Gabinete, Rita Maria Figueiras Henriques Laranjinha, nas suas ausências, faltas ou impedimentos, sendo assim revogado o n.º 2 do meu Despacho n.º 766/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 11, de 18 de janeiro de 2016.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 1 de setembro de 2017.

5 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

14 de setembro de 2017. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

ANEXO**Nota curricular**

Formação académica: Licenciatura em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa.

Formação complementar: Conclusão da parte curricular do mestrado em Relações Internacionais-Estudos Europeus no ISCSP. Aguarda apresentação de dissertação.

Experiência profissional: desde dezembro de 2014 — Diretora de Serviços de Relações Internacionais na Direção-Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional. De setembro de 2010 a dezembro de 2014 — Assessora Parlamentar na Assembleia da República, exercendo funções na Comissão de Assuntos Europeus, na Di-